NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 11/Abr

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2948/2023

APOSENTADORIA ESPECIAL

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Retirou da pauta da reunião de hoje, 11/04, o PLP 245/2019, que regulamenta a aposentadoria especial a profissional exposto a agentes nocivos à saúde

Senador Otto Alencar presidiu a Reunião da Comissão

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, do dia 21 de março, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV esteve presente na pessoa de seu Diretor Florismar Vilarindo (também diretor do Sindesv/DF) e do Advogado Previdenciário, Dr. Sérgio Marinho, para acompanhar a discussão do PLP 245/2019, que dispõe sobre concessão de aposentadoria especial para os vigilantes e este foi retirado de pauta de forma coletiva para que os senadores pudessem se manifestar sobre o novo relatório apresentado pelo senador Esperidião Amin – PP/SC, seu relator.

No intervalo foram apresentadas novas emendas ao projeto, nenhuma com grande impacto ou que melhorasse o relatório apresentado, que é muito ruim para os trabalhadores vigilantes.

Durante este período a CNTV vem tentando minimizar impactos nocivos do texto.

Hoje, dia 11 de abril, estivemos novamente no Senado Federal, acompanhando a reunião e que tinha este projeto pautado.

Ocorre que autor do Projeto de lei, Senador Eduardo Braga, relembrando que este projeto foi fruto de um acordo feito na época da Reforma da Previdência, onde a CNTV e seus filiados tiveram papel relevante, solicitou a retirada do mesmo, tendo em vista a ausência do relator Espiridião Amim no momento da discussão e o regimento das Comissões exige a presença do mesmo.

A solicitação de pronto foi acatada e o projeto poderá estar pautado na próxima reunião da CAE.

Iremos seguir pressionando para que sejam apresentadas emendas que não prejudiquem a nossa Aposentadoria Especial e que o relatório seja ajustado.

Mas, precisamos que os sindicatos, federações e os trabalhadores vigilantes, se unam a nós nesta luta, pressionando não só o senador de sua base e o senador Esperidião Amim (relator), mas todos que sejam membros da Comissão pedindo voto a favor da nossa justa aposentadoria especial.

Estamos lutando pela aposentadoria especial e você?

Fonte: CNTV

Abaixo segue a transcrição da breve discussão do projeto, na íntegra.

"Passamos ao item 5, que é o projeto de lei do Senador Eduardo Braga, cujo Relator é o Senador Esperidião Amin.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 245, DE 2019

- Não terminativo -

Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com o acolhimento das Emendas nºs 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 22, 25 e 26, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Observações:

1. Foram apresentadas 47 emendas à matéria.
2. Em 21/3/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.

.....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) - Presidente, diante da ausência do Senador Esperidião Amin, talvez seja melhor deixar para a semana que vem a deliberação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Essa é uma matéria extremamente importante, que o Senador Esperidião Amin vem relatando. V. Exa. sabe que esta é uma matéria fruto de um acordo construído quando da votação da reforma da previdência, que nós aprovamos aqui no Senado. Já tarda, portanto, a aprovação dessa matéria, mas, mais uma vez, num gesto de compreensão, vamos aquiescer, para deliberarmos na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Pois não, Senador Eduardo Braga.

A matéria é muito importante, estabelece aposentadoria especial para atividades exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos nocivos à saúde, prejudiciais. Parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Essa é uma matéria importante, e o Congresso Nacional precisa deliberar nesse sentido.

Está retirado da pauta e ficará para a pauta da próxima reunião, na terça-feira, às 9h.

Não há nenhuma outra matéria para ser deliberada ou discutida.

Eu encerro a reunião".

Fonte: Senado Federal

Vereador Paulo Tico (diretor da CNTV) anuncia que Prefeito Hildon Chaves vai aumentar a segurança nas escolas municipais de Porto Velho

Ações incluem mais vigilantes armados, treinamento de pessoal, elevação de muros e compra de detectores de metal

Em pronunciamento feito na Câmara Municipal dos Vereadores de Porto Velho – RO, o vereador Paulo Tico, diretor do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia e da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV anunciou que o prefeito de Porto Velho, Hilton Chaves, anunciou na quinta-feira (6), durante entrevistas para emissoras de rádio e televisão na capital, algumas ações visando aumentar a segurança nas escolas da rede municipal de ensino, para dar mais proteção aos alunos, professores, pessoal de apoio e também aos pais e familiares. A medida ocorre após o lamentável caso de invasão e morte de quatro crianças, além de outras feridas, em uma escola em Blumenau, no estado de Santa Catarina.

“Me reuni com a secretária municipal de Educação, Gláucia Negreiros, e determinei ações preventivas imediatas. A primeira delas é a requalificação dos vigilantes nas escolas. Antes, o foco era na proteção patrimonial, agora o foco é proteger vidas. Nesse aspecto, Porto Velho está à frente de muitas outras cidades, pois cerca de 80% dos nossos 44 mil alunos da rede municipal estudam em escolas que contam com vigilante armado. A maioria dos casos de violência nas escolas, ocorre durante o horário de aulas e é importante que haja esse profissional, treinado e orientado, para intervir caso seja necessário”, disse o prefeito.

Hildon Chaves anunciou que a meta da prefeitura é contratar vigilante armado para 100% das escolas municipais. “Até o final do ano esperamos atingir esse objetivo. Hoje, as escolas maiores e em áreas mais delicadas contam com vigilância armada. Outra medida que iremos adotar é aumentar os muros das escolas, para dificultar a entrada de criminosos. A medida que determinei, mas que não será de aplicação imediata, em razão das questões burocráticas, é a compra de detectores portáteis de metal para serem utilizados pela vigilância das escolas”, completou.

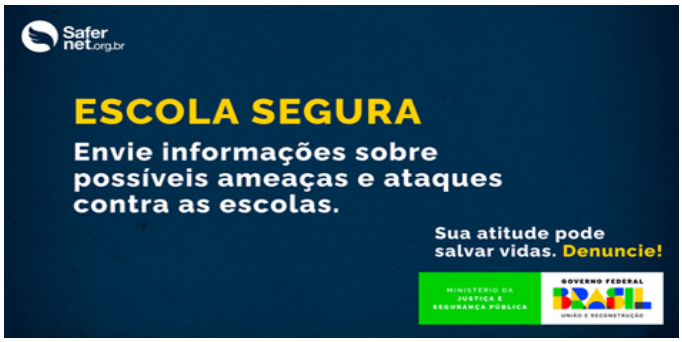
Foi informado ainda que deverá ser criado um grupo de estudo para buscar identificar as razões do aumento de casos de violência nas escolas. “Todos lamentamos e ficamos consternados com o ocorrido em Blumenau. Mas, precisamos entender as causas, as motivações para esse tipo de crime abominável. Nos últimos meses, tivemos quase uma dezena de casos de ataques em escolas no país afora, número igual ao que foi registrado ao longo dos últimos 20 anos. Alguma coisa está muito errada e é preciso diagnosticar isso, pois prevenir uma tragédia semelhante é muito difícil e enfrentar um inimigo que você não tem informações é muito complicado”.

Hildon Chaves também avaliou que o bullying e as redes sociais podem ser apontados como causadores, ou gatilhos, dessas situações que envolvem violência nas escolas. “É preciso observar os casos de bullying e ter mecanismos para acompanhar as redes sociais e o que é discutido em grupos, que podem levar a ataques. Não é fácil de resolver, mas precisamos nos mobilizar, nos unir, tanto as prefeituras, os estados e a União, para buscarmos ferramentas de combate a essa ameaça, junto com toda a sociedade. Mais do que nunca, as famílias precisam estar integradas no cotidiano estudantil das crianças e criarmos uma rede de proteção e de acolhimento”.

Fonte: Assessoria Paulo Tico com alterações na publicação da Assessoria do Prefeito Hildo

MJSP e Safernet Brasil criam canal de denúncias sobre ataques nas escolas

Nova plataforma criada em parceria permite celeridade na identificação dos responsáveis e prevenção contra novas ações



ARTE: NALU VACCARIN/MGIORA - FOTO: REPRODUÇÃO

Brasília, 07/04/2013 - O Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com a SaferNet Brasil, criou um canal exclusivo para recebimento de informações de casos suspeitos de ataques a instituições de ensino. O formulário para recebimento das denúncias já está disponível no endereço www.mj.gov.br/escolasegura. Todos os conteúdos enviados serão mantidos sob sigilo.

A plataforma criada permite que as denúncias sejam investigadas de forma mais rápida e eficiente. Os dados serão analisados pela equipe do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab), da Diretoria de Operações Integradas e Inteligência (Diopi), que tem atuado fortemente no assessoramento de investigações sobre crimes virtuais no Brasil. O grupo agora conta com 50 policiais, que irão se dedicar nos próximos dias, exclusivamente e em regime de plantão 24 horas, ao monitoramento das ameaças contra escolas na internet.

A criação do canal de denúncias é mais uma ação da Operação Escola Segura, uma mobilização em parceria com os estados para realizar ações preventivas e repressivas contra ataques nas instituições de ensino em todo o país.

Parceria

A SaferNet Brasil atua na promoção dos direitos humanos na internet e, desde 2006, oferece uma plataforma online para denúncias de conteúdo ilegal ou prejudicial na rede. A organização atua como um canal direto entre os usuários da internet e as autoridades, oferecendo um ambiente seguro e confidencial para o envio das denúncias.

Inteligência

Com o recente caso de ataque ocorrido nesta última quarta-feira (5), em escola de Blumenau, Santa Catarina, que levou a óbito quatro crianças e deixou ferida pelo menos mais quatro, o Laboratório de Operações Cibernéticas do MJSP tem apoiado o Grupo de Trabalho Interministerial no levantamento de informações sobre possíveis ameaças às escolas por meio de monitoramento em redes sociais. Representantes da área estiveram na primeira reunião do GT realizada nesta quinta-feira (06), no Ministério da Educação (MEC).

O Ciberlab atua em diversas frentes para combater os crimes virtuais. Para isso, o laboratório conta com uma equipe especializada em tecnologia da informação, que utiliza técnicas avançadas de investigação para rastrear a origem de crimes virtuais e identificar os responsáveis.

A partir dos crescentes casos de violência em centros de ensino do Brasil, o Ciberlab também tem atuado em ações preventivas de ataque às escolas e creches brasileiras, produzindo relatórios que são encaminhados às polícias estaduais de todo o país.

"O laboratório tem identificado essas ameaças e trabalhado proativamente com as polícias e centros de inteligência estaduais para potencializar as investigações e prevenir futuras ações", destaca o coordenador do Ciberlab, Alessandro Barreto.

Fonte: ministério da justiça

SINDICATO ENCAMINHA PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO PARA AS EMPRESAS

Presidente Loreni Dias assinou as propostas encaminhadas às empresas

Diante da intransigência do sindicato patronal (Sindesp), que quer impor cláusulas inaceitáveis para a categoria, o Sindivigilantes do Sul está enviando, nesta segunda-feira (10), uma proposta de acordo coletivo de trabalho para cerca de 350 empresas de segurança privada do Estado, prevendo o reajuste de 6,73% para os salários e o vale-alimentação no valor de R$ 25,64.

Este aumento salarial corresponde à inflação do ano anterior e mais uma parcela de 0,76% de reposição de perdas passadas. Quanto às demais cláusulas, seriam mantidas as mesmas da convenção anterior, tudo conforme foi negociado e aprovado nas assembleias, sem as novas cláusulas que o Sindesp inventou de última hora.

Pela proposta do Sindesp, por exemplo, o sindicato fica obrigado a pedir licença à patronal antes de entrar com ação judicial contra as empresas; cria dificuldades para a cobrança de multa dos patrões que não cumprem a convenção coletiva e tira o direito do vigilante de receber o aviso prévio, quando há troca de empresas no posto de trabalho.

"Após diversos contatos, a patronal manteve a mesma intenção de enfiar goela abaixo da categoria esses absurdos e nós não vamos aceitar isso que a categoria já rejeitou nas assembleias", afirmou o presidente do sindicato, Loreni Dias, que assinou, nesta manhã, as propostas para serem encaminhadas às empresas.

"Esperamos a resposta das empresas logo, para que possamos fechar um acordo coletivo de trabalho com cada uma delas", completou.

O presidente ressaltou que sem acordo o prejuízo não é apenas dos trabalhadores, mas também das empresas porque, além da insegurança jurídica, acumulam diferenças salariais para pagar tudo depois, e sem esse documento também não podem reajustar seus contratos junto aos tomadores de serviços.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Crimes com armas de fogo podem enfrentar penas mais duras

60 fuzis com carregadores aprendidos no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, trazidos da Flórida (EUA), dentro de contêineres com aquecedores para piscinas; crimes como tráfico de armas podem ter penas aumentadas - Carlos Magno/Governo do Rio de Janeiro

As penalidades para os crimes ligados a armas de fogo variam de um a 16 anos de reclusão, além de multas para todos os casos.

O projeto sobre armas de fogo (PL 3.713/2019) aumenta a pena para algumas das infrações e estabelece novas condições para estender o

período de detenção. Além disso, o desvio de armamentos para finalidades diferentes das determinadas por lei é adicionado como uma nova categoria criminal no texto proposto.

O relatório do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) contém uma série de mudanças em penas para crimes de omissão de cautela, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, disparo de arma de fogo, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido ou restrito, comércio ilegal e tráfico internacional de arma, desvio de armas de titulares de arsenal. Foram também estabelecidos agravantes de penas para outros crimes.

O relator também estabeleceu aumento de pena para todo e qualquer tipo de modificação, alteração ou tentativa de descaracterização dos métodos de identificação e fiscalização de armas de fogo, que passam a ser mais intensos e integrados. Segundo o senador, essas mudanças foram sugeridas por organizações da sociedade civil.

Possuir armas ou acessórios de uso permitido em desacordo com as regras e permitir que menores de 18 anos e pessoas com deficiência intelectual se apoderem de armamentos é ilegal. Para esses casos, a pena permanece a da legislação vigente, e os infratores podem passar entre um e três anos detidos.

Portar armas ou acessórios de uso permitido sem registro ou em desacordo com as normas legais pode ocasionar de dois a quatro anos de detenção. Já para os casos de posse ou porte de armamentos proibidos no país a pena é maior, entre quatro e oito anos de reclusão. As normas atuais determinam um período de prisão menor: de três a seis. Já para quem possuir ou manusear explosivos de forma ilegal a sentença pode chegar a doze anos de reclusão, segundo o projeto de lei.

Realizar disparos em vias públicas e nas proximidades de locais habitados também é crime. Quem desrespeitar essa norma pode ser submetido a de três a cinco anos de detenção. A legislação vigente prevê pena de dois a quatro anos para casos de tiros irregulares.

Vender, comprar, entregar, montar e adulterar armamentos sem autorização oficial é tipificado como comércio ilegal de armas de fogo. Nesses casos, a pena varia entre seis e doze anos reclusos. Já para a atividade de importação e exportação ilícita a penalidade máxima pode chegar a 16 anos de detenção.

O crime de desvio de armas e munições foi adicionado pelo projeto de lei às demais infrações. Ele se aplica àqueles que desviarem armas de suas finalidades determinadas por lei, como o uso em clubes de tiro ou por caçadores e colecionadores. A pena para essas ocorrências vai de quatro a oito anos de prisão.

É possível que as penalidades sejam aumentadas em alguns casos específicos. Para o comércio e tráfico ilegal de armas de fogo, a pena pode ser estendida pela metade se os artefatos comercializados forem de uso proibido no Brasil. Diferente da legislação atual, esse aumento também pode ocorrer, em qualquer infração, se houver alterações na estrutura dos armamentos.

Com exceção do comércio nacional e internacional de armas, todos os outros crimes estão sujeitos ao aumento pela metade em casos de reincidência, ou seja, se o infrator cometer o delito mais de uma vez. O acréscimo a pena também é previsto caso o investigado ocupe algumas posições, como integrante das Forças Armadas, policiais e guardas municipais ou portuários. Integrantes de entidades de tiro desportivo também estão sujeitos ao aumento da penalidade.

Fonte: Agência Senado

Frente do Setor de Serviços será reinstalada nesta terça-feira

Grupo definiu a reforma tributária como pauta principal deste ano

Foto: Ari Dias/AEN

Restaurantes fazem parte do setor de serviços

A Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços será reinstalada nesta terça-feira (11), no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, às 10 horas. O setor, que engloba as atividades de prestação de serviços e de comércio, tem forte representação no Congresso Nacional.

Segundo o presidente do colegiado, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), uma das prioridades deste o ano será garantir a aprovação de uma reforma tributária justa para o setor.

Além da reforma tributária, a frente já definiu outros temas essenciais: o incentivo à capacidade de empregabilidade do setor de serviços; a remodelação do pagamento de dívidas tributárias, trabalhistas e previdenciárias; e a regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Associações suprapartidárias

As frentes parlamentares são associações de deputados e/ou senadores de vários partidos para debater determinado tema de interesse da sociedade.

Da Redação - ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Vamos à China com Lula para deixar claro que aqui tem sindicato, afirma Sérgio Nobre

O presidente da CUT embarca hoje (11) para o país asiático na comitiva presidencial. "Os investimentos chineses são bem-vindos, mas as legislações trabalhistas e ambientais têm de ser respeitadas

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que embarca nesta terça-feira (11) à China para visita em busca de investimentos e acordos bilaterais em diversas áreas. A comitiva é composta de sindicalistas, empresários, governadores, senadores, deputados e ministros. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com US$ 150,4 bilhões de comércio bilateral, somente em 2022, e ocupa o segundo lugar no ranking da economia mundial, conforme dados do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Para Sérgio Nobre, "os investimentos chineses são muito bem-vindos, mas é preciso passar o recado aos chineses de que as legislações trabalhistas e ambientais brasileiras têm de ser respeitadas". "Vamos lá para deixar claro que aqui tem sindicato e que os investimentos devem gerar empregos de qualidade aqui", afirma o presidente nacional da CUT.

Sérgio Nobre destacou que o fato de sindicalistas integrarem a comitiva presidencial é mais uma mostra do abismo que separa o governo democrático de Lula do governo de ultradireita que foi derrotado pela classe

trabalhadora nas eleições de 2022. E como a classe trabalhadora voltou ao Palácio do Planalto pela porta da frente

"Lula é um estadista respeitado no mundo inteiro, que tem origem no movimento operário, na luta pela redemocratização do Brasil, sabe e reconhece a importância o país ter sindicatos fortes para uma democracia também fortalecida", disse Sérgio Nobre

O presidente nacional da CUT lembrou que, desde 2016, após o golpe – situação que piorou na desastrosa gestão de Jair Bolsonaro -, a classe trabalhadora vinha sendo ignorada e a organização sindical, sua representante legítima, ignorada, perseguida e atacada pelo Palácio do Planalto. "Resistimos, lutamos e nossa maior vitória recente foi eleger Lula, a partir desta, outras conquistas à classe trabalhadora já estão vindo, como a retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo, reivindicação das centrais sindicais", afirmou.

É imperativo que investimentos internacionais resultem em geração de empregos de qualidade aqui no Brasil- Sérgio Nobre

Com Lula, destaca Sérgio Nobre, o Brasil retomou o protagonismo mundial jogado no lixo pelo governo anterior, que afundou a imagem do país. Para o presidente nacional da CUT, romper o isolamento do Brasil no cenário internacional, imposto pela gestão errática dos últimos quatro anos, e resgatar relações bilaterais como a chinesa, é um feito muito importante à retomada do crescimento do país, porque aponta para novos investimentos.

"Porém, é imperativo que esses investimentos internacionais resultem em geração de empregos de qualidade aqui no Brasil, com transferência de tecnologia e de forma sustentável", afirmou Sérgio Nobre. "Essa é a nossa missão na visita à China", disse o presidente da CUT. O encontro de Lula e comitiva com lideranças sindicais chineses está previsto para o dia 14.

A viagem à China estava marcada para 24 de março, mas foi transferida após Lula ser diagnosticado com broncopneumonia e influenza. Essa é considerada uma das mais importantes visitas de Estado do início de terceiro mandato de Lula, que seu reunirá com presidente chinês, Xi Jinping.

O objetivo do governo brasileiro é relançar as relações com a China, principal parceiro comercial do país desde 2009. Em 2022, segundo o Planalto, a China importou mais de US$ 89,7 bilhões em produtos brasileiros, especialmente soja e minérios, e exportou quase US$ 60,7 bilhões para o mercado nacional. O volume comercializado, US$ 150,4 bilhões, cresceu 21 vezes desde a primeira visita de Lula ao país, em 2004.

"Eu quero que os chineses compreendam que o investimento deles aqui será maravilhosamente bem-vindo. Mas não para comprar nossas empresas. [E sim] para construir coisas novas, que nós precisamos. O que estamos precisando não é vender os ativos que temos, é construir novos ativos. É disso que eu quero convencer os meus amigos da China", afirmou Lula na semana passada em entrevista coletiva à imprensa.

Essa terceira visita de Lula à China é tida como estratégica pelo governo, após o Brasil deixar o ranking das maiores economias mundiais e empobrecer nos últimos quatro anos. De acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores, a expectativa é de que pelo menos 20 acordos sejam assinados em várias áreas, como educação, cultura, ciência e tecnologia, agricultura e finanças, até o final da visita, no dia 15 de abril.

Brasil e China integram os BRICS (acrônimo que se refere ao bloco formado para cooperação política, econômica e financeira entre Brasil, Rússia, índia, China e África do Sul). Está prevista na viagem ao país asiático, a participação de Lula na posse da nova presidenta do Banco dos BRICS, a ex-presidenta Dilma Rousseff, que acontecerá na sede do banco, em Pequim.

Desde a posse, o presidente Lula já foi à Argentina, ao Uruguai e aos Estados Unidos, além das reuniões com líderes europeus que vieram para a posse em janeiro.

FONTE: CUT - Vanilda Oliveira

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF